

Artigos

Motrivivência Ano XVI, Nº 22, P. 19-38 Jun./2004

A QUESTÃO ECOLÓGICA NO CAPITALISMO: uma crítica marxista

Helton Ricardo Ouriques¹

Resumo Abstract

A questão ecológica, neste momento do capitalismo, ganha os contornos da "grande questão" colocada para a humanidade. Foram sendo construídos, por conta disso, um discurso e uma prática que defendem o desenvolvimento sustentado como solução para os problemas de desequilíbrios econômicos e naturais. Contudo, em nosso ponto de vista, a ecologia acaba encobrendo determinações essenciais da realidade concreta do capitalismo. Nesse sentido, apresentaremos uma síntese do pensamento ecológico e uma crítica marxista a essa interpretação, mostrando aspectos

In the current phase of capitalism, the ecological issue has become the "crucial question" to the humanity. In this sense, a new speech has been constructed in order to present the sustainable development as a solution to economics disturbance and environmental disequilibrium. However, this paper defends that the ecological response has hidden some essential determinations of the capitalism concrete reality. In this way, this paper seeks to resume both the ecological thinking and the Marxist criticism to this interpretation, displaying important points that has

relevantes que a análise ecológica ignora. Tais aspectos podem ser resumidos pelo caráter intrinsecamente destrutivo da produção capitalista, desconsiderado por parcela considerável do pensamento ecológico.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, capitalismo, Marxismo.

been ignored by the ecological analysis. These points can be resumed by the destructive face of the capitalist production which has not been considered by the majority of ecological thinking.

Key words: sustainable development, capitalism, Marxism.

1. Introdução

A temática do meio ambiente tornou-se generalizada como objeto de preocupações sociais, em especial desde os anos 1970. Desde então, as mais diversas áreas das ciências sociais têm se debruçado sobre o assunto. Sendo assim, são possíveis múltiplos olhares sobre o assunto. Aqui, neste artigo, queremos trazer à discussão uma breve crítica, de cunho marxista, às teses do que chamamos “sustentabilidade” porque, embora relevante, o conjunto de preocupações que podemos sintetizar pela palavra ecologia promove e promoverá apenas mudanças aparentes, se não estiver inserida na luta pela eliminação da produção destrutiva que o capitalismo implica.

Para evidenciar esse argumento, dividimos o texto em duas

partes. A primeira fará, nos limites inerentes a esse tipo de trabalho, uma síntese do pensamento ecológico, mostrando suas contradições. A segunda parte mostrará os limites das idéias da sustentabilidade, a partir de uma análise marxista.

2. O pensamento ecológico: uma breve síntese²

Os primeiros passos do movimento ecológico moderno foram dados no final dos anos 60, ligados à contestação do modo de vida burguês, com a ênfase nos direitos de liberação feminina, de cidadania negra, de liberdade aos jovens, etc., sem contudo ter existido a contestação do modo de produção capitalista³. A partir de então, a literatura voltada à temática ambiental se proliferou, principalmente após a Conferência de Esto-

colmo de 1972⁴, que para muitos é o marco do movimento ambientalista.

Para os autores que vêm desenvolvendo estudos nesta área, existem três modos de se encarar a ecologia, que nós classificamos, para fins didáticos, em economicismo, ecologismo e sustentabilidade.

A concepção economicista fundamenta-se no racionalismo cartesiano, que determina a sociedade moderna através de dois aspectos fundamentais: o pragmatismo científico e o antropocentrismo⁵. Descartes completa a idéia de dissociação homem-natureza, iniciada com o cristianismo:

...é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os outros corpos que nos cercam, tão indistintamente como conhecemos os diversos misteres de nossos artifices, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza. [grifos nossos] (Descartes, 1987:63).

Estaria assim lançada uma das pressuposições fundamentais do economicismo: a concepção de que a natureza é um mero recurso, ou, na linguagem corrente da economia neoclássica, um dos fatores da produção. Portanto, deve ser manipulada para que se obtenha o melhor resultado possível, dada sua combinação com o capital e o trabalho. Ou seja, trata-se de uma visão utilitarista, que se baseia numa lógica racional: a busca da maximização dos benefícios (o lucro). A preocupação ecológica baseada nesta interpretação restringir-se-á, assim, a uma mera atenuação da "intensidade de exploração da natureza", através da mensuração de custos e benefícios. É daí oriundo o princípio do poluidor-pagador. Configura-se numa análise meramente quantitativa, pois está preocupada com a institucionalização contábil das variáveis ecológicas com o intuito de garantir o seu uso mais prolongado.

A abordagem ecologista, também chamada de ecossistêmica, ambientalista ou de ecologia radical, vai surgir como uma crítica à análise economicista. Frequentemente, tal discurso adquire um caráter catastrófico, lançando alarmes

quanto à destruição total do Planeta. De acordo com Redclift (1987:106), "...os radicais verdes partem da premissa de que, se não for evitada a crise ambiental, não serão alcançados nenhum dos outros objetivos sociais importantes". A ênfase dessa proposta é pautada na conservação da natureza por si, para que se evitem os desequilíbrios. Para os ecologistas radicais, o homem sempre polui o ambiente, sendo o único responsável pelos desastres ambientais da atualidade. Serres (1991), por exemplo, aponta que "devido às nossas intervenções, o ar varia em sua composição e, portanto, em suas propriedades físicas e químicas" (p.14). Para ele, "a mudança global que se prepara hoje não leva apenas a história ao mundo, mas também transforma o vigor deste em precariedade, em uma infinita fragilidade. Outrora vitoriosa a Terra é vítima" [grifos nossos] (p.22). Ora, será que todos os homens são responsáveis pelas mudanças na qualidade do ar? Será que a vítima é somente a Terra, conforme nos diz este autor?

A tese principal que defende é a de um Contrato Natural, uma volta à natureza. Para ele, deveríamos juntar ao contrato social (que em momento algum ele esclarece convincentemente) um contrato natural de simbiose, "...onde nossa relação com as coisas deixaria o do-

mínio e a posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela contemplação e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade nem a ação a dominação..." (id., p.51). Ferry (1994), seguindo inicialmente esta mesma linha de raciocínio, aponta que o humanismo deve ser questionado, dada a possibilidade de que "...os seres da natureza possam vir a possuir estatuto de pessoas jurídicas" (p.18). Esta interpretação, para nós, já parte de um pressuposto falso: considerar o homem como um não-ser da natureza (assunto que desenvolveremos mais tarde).

Bahro, um dos principais teóricos do movimento ecológico radical alemão, parte da premissa de que se a crise ambiental não for evitada, as outras questões sociais não serão resolvidas. Para ele, as principais contradições do capitalismo "...não se observam na luta de classes institucionalizada dentro dos países desenvolvidos, mas sim no rearmamento nuclear e na crise ecológica" (BAHRO APUD REDCLIFT, 1989:102).

Em síntese, a abordagem ecologista é meramente ecossistêmica, preocupada unicamente com a conservação dos recursos naturais. Para nós, tal concepção é totalmente desprovida de propósito. Em primeiro lugar por ser um enfoque conservacionista, como se

a natureza fosse algo imóvel, que nunca se transformasse. Tal concepção é centrada exclusivamente no aparente, porque o movimento de transformação da natureza exterior não é percebido pelos sentidos humanos. Como os ritmos da natureza externa e o ritmo do relógio humano são diferentes, o que aparece no mundo é que a natureza exterior está dada, é inerte, em relação à mobilidade do homem. Em segundo lugar, mantém a separação homem-natureza, herdada da filosofia cartesiana, considerando o homem a fonte de todo o mal, de toda a "destruição" da natureza, além de continuar encarando a natureza como "recurso", sem fugir do economicismo, portanto.

A abordagem conceituada por nós como da sustentabilidade⁶ é mais conhecida como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentado, ecologia democrática ou ecologia social. Em síntese, busca o meio-termo entre o antropocentrismo e o biocentrismo das concepções anteriormente apresentadas. Atualmente, a maior parte dos estudiosos que se dedicam à temática ambiental estão ligados a esta concepção.

Ignacy Sachs, um dos autores mais conhecidos na literatura ambiental, defende o ecodesenvolvimento. Para ele, é possível a conciliação do crescimento com a conservação do meio-ambiente. O ecodesenvolvimento "é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os danos ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo" (SACHS, 1986: 18).

Sua proposta passa por "...um crescimento diferente, ambientalmente prudente, sustentável e socialmente responsável, voltado para uma qualidade de vida de grau superior e eqüitativamente distribuída" (id., p.140). Considera que isso só será possível se forem contempladas cinco dimensões:

- a) sustentabilidade social: está ligada à maior eqüidade na distribuição de renda e bens;
- b) sustentabilidade econômica: está ligada à redução dos abismos norte/sul;
- c) sustentabilidade ecológica: está ligada à qualidade do meio ambiente e à preserva

- ção das fontes de recursos energéticos e naturais;
- d) sustentabilidade espacial: está ligada ao maior equilíbrio entre os meios rural e urbano, à melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos, evitando as aglomerações;
- e) sustentabilidade cultural: está ligada à necessidade de se evitarem conflitos culturais.

Para nós, as teses do autor têm um caráter idílico, não passam de mera retórica e trazem, implícitas, uma argumentação economicista liberal. Quanto à “sustentabilidade social”, percebemos que ele trata da humanidade de forma homogênea, universalmente. E isso ela não é, por ser fracionada pelas classes que a compõem. Está certo considerar que a produção visa à “satisfação” do homem, mas do homem enquanto coisa que consome. A produção tem como objetivo o lucro, e o homem só é importante enquanto instrumento para a realização do maior valor através do consumo! Caso fosse diferente, os milhões de miseráveis que vivem precariamente neste Planeta fariam parte da “sociedade de consumo”. Desejar que a produção vise à satisfação das necessidades humanas de todos, requer, portanto, a eliminação da economia de

lucro, e isso, em momento algum, é enfocado por Sachs.

Também as premissas para as sustentabilidades econômica e ecológica são equivocadas. Reduzir abismos norte/sul pelo fluxo de investimentos? Pelo manejo eficiente? Mas ao capital só importa a rentabilidade! Além disso, o que é o Norte e o que é o Sul? Os abismos não existem apenas ao sul do Equador, como colocado. A riqueza e a pobreza estão em toda a parte, inclusive no “Norte”, embora se concentre no Sul, por conta dos históricos problemas de subdesenvolvimento, determinados, principalmente, pela exploração econômica dos países mais desenvolvidos do Norte. Quanto à qualidade ambiental, é visível a linguagem cartesiana, preocupada com a rentabilidade dos recursos.

As idéias de sustentabilidade espacial e cultural pautam-se também por frágeis argumentos. Como evitar as “aglomerações” no meio urbano, num cenário de expulsão contínua do trabalhador agrícola de suas terras, pelo movimento histórico de concentração fundiária? Não há nenhuma palavra sobre a questão agrária, parecendo tão fácil o “retorno ao campo”, bastando a vontade dos homens para viverem no meio rural! Também a proposta de “se evitarem conflitos culturais” parece ingênua, por desconsiderar o próprio homem

e a própria história da humanidade, repleta de conflitos culturais (que também são conflitos de classe).

Para nós, a idéia de ecodesenvolvimento, esboçada por Sachs, soa como uma proposta de planejamento - ligada ao Estado, que tem maiores compromissos com a classe dominante -, que simplesmente inclui uma melhor administração dos recursos naturais, com o uso de formas alternativas de energia. Isso é perceptível para nós quando o autor considera que é possível explorar a Amazônia "por meio de técnicas tradicionais ou através de ecotécnicas que a respeitem e a imitem, ao mesmo tempo tornando-a rentável" [grifos nossos] (id., p.20). Tal afirmação é elucidativa, pois demonstra que ele não consegue escapar de uma premissa economicista, ao ver, como resultado das possíveis ecotécnicas, uma fonte de rentabilidade. Sua proposta de um paradigma ambientalmente são é, desta forma, ambígua, pois permanece enraizada na premissa dos lucros. Portanto, para nós não se trata de uma nova proposta, mas de mais uma proposta de perpetuação do status quo vigente da sociedade capitalista.

Não menos contraditória, teoricamente, é a idéia do desen-

volvimento sustentado, que surge sob os auspícios da Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, através da publicação do Relatório Brundtland⁷. De acordo com o Relatório, "...nos últimos decênios, surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida. O número crescente de agricultores e de sem-terras vem gerando pressões nas áreas rurais. As cidades se enchem de gente, carros e fábricas" (p.6)

Para a Comissão, não há compromisso com o futuro, dado o ritmo de retirada de recursos da natureza, o que pode levar à insustentabilidade do progresso humano. Assim, "...para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor" (p.10). O Desenvolvimento Sustentado, neste contexto, é entendido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer o futuro.

É ressaltada a necessidade de interligação entre a economia e a ecologia, porque "...ambas são muito importantes para que a humanidade viva melhor" (p.41). É por isso que o meio-ambiente e o

desenvolvimento não são questões separadas: "...o desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio-ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental" (p.40). Neste sentido, o Desenvolvimento Sustentável "... é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas" (p.49).

Para a efetivação de tal postulado, as políticas ambientais e de desenvolvimento devem ser norteadas pelas seguintes estratégias de ação:

- a retomada do crescimento: principalmente nos países em desenvolvimento, "...porque é neles que estão mais diretamente interligados o crescimento econômico, o alívio da pobreza e as condições ambientais" (id., p.54);
- a mudança na qualidade do crescimento: significa tornar o desenvolvimento "...menos intensivo em matérias-primas e energia, e mais equitativo em seu impacto" (id., p.56);
- o atendimento às necessidades humanas essenciais: é necessária a

erradicação da pobreza, já que "...as necessidades interligadas de habitação, abastecimento de água, saneamento e serviços médicos também são importantes no que se refere ao meio-ambiente" (id., p.59);

- a manutenção de um nível populacional sustentável: é preciso baixar os índices de crescimento populacional, para que se evitem pressões maiores sobre os recursos naturais. Além disso, deve-se evitar o crescimento urbano. Dessa forma, "...quem mais lucrarão serão as cidades, que se tornarão mais fáceis de administrar" (id., p. 61);

- a conservação e melhoria da base de recursos: deve-se estimular o uso de recursos energéticos renováveis, com "ênfase maior na conservação e no uso eficiente de energia" (id., p. 63);

- a reorientação tecnológica: é preciso estimular o uso de tecnologias alternativas, que não impliquem em altos índices de destruição ambiental;

- a inclusão do meio-ambiente e da economia nas decisões: deve-se buscar não apenas a eficiência econômica ou a eficiência ecológica, mais a eficiência ecológico-econômica.

Dessa forma, "...a estratégia do desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza" (id., p.70). Para nós, tais proposições são passíveis

das mesmas críticas inicialmente feitas ao ecodesenvolvimento. A exposição acima nos sugere que os impasses ecológicos modernos devem-se aos países menos desenvolvidos, o que é evidenciado em afirmações do tipo "surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida", o que indica uma visão preconceituosa das coisas. Usando o mesmo tipo de linguagem do relatório, se é o mundo em desenvolvimento o responsável, o que são então as multinacionais européias, japonesas e norte-americanas que operam nestas áreas do planeta? Elas não poluem porque são oriundas do "Norte"? Além disso, a idéia de promoção de "harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza" nos parece, no mínimo, ingênua, dentro dos parâmetros de uma sociedade cujas relações sociais estão embasadas no lucro.

Para Tiezzi (1988) vivemos uma grande crise ao mesmo tempo ecológica, energética e econômica, cuja raiz está na questão da energia: "...um sistema baseado em energias não-renováveis catalisa uma série de reações em cadeia que levam à destruição do meio-ambiente, à exaustão dos recursos naturais e, em última análise, à crise econômica" (p.13). O autor vai defender uma nova cultura do desenvol-

vimento, partindo de três considerações:

a) o equilíbrio da natureza é um equilíbrio extremamente delicado que, com facilidade, o homem pode modificar de maneira irreversível; a natureza não é um reservatório ilimitado de recursos; a) a longo prazo, a coletividade jamais é indenizada pela destruição e desperdício dos recursos naturais e ambientais, nem em termos econômicos, nem em termos sociais; c) o fictício bem-estar da sociedade de consumo baseia-se na exploração real de três tipos de pessoas: 1) as novas gerações, que irão se deparar com recursos escassos com um ambiente poluído; 2) os grupos mais fracos e marginalizados, que sofrem danos sobre a saúde, com a poluição, etc., sem usufruir das vantagens econômicas do consumismo; 3) o Terceiro Mundo, que paga nossas necessidades consumistas com a monocultura, com o próprio ambiente destruído (natural e culturalmente) e com a fome. [grifos nossos] (p. 7)

Sua análise incorpora ainda as Leis da Termodinâmica, para a defesa do não-crescimento. Os princípios termodinâmicos dizem que a energia do mundo é constante (princípio da conservação energética) e que a energia não passa de uma forma para outra sem despender tra-

balho. Isso implica na tendência do mundo à desordem: a entropia. Inspirado nesta idéia, o autor ressalta que “o tempo tecnológico é inversamente proporcional ao tempo entrópico, o tempo econômico é inversamente proporcional ao tempo biológico” (p.32).

Ou seja, a essência das crises atuais estaria na desproporção entre estes diversos “tempos”, pois o homem, ao usar energia demais, estaria acelerando a desordem: “quanto mais rapidamente se consomem os recursos naturais e a energia disponível no mundo, tanto menor é o tempo que permanece à disposição de nossa sobrevivência” (idem).

Estas considerações é que levam o autor a defender o estado estacionário: “o ponto fundamental é o de que o crescimento deve ser interrompido: o crescimento da população, da desertificação, das necessidades energéticas, do consumismo, da poluição, das alterações climáticas, dos armamentos nucleares, das espécies animais extintas, do custo energético dos aliMas isso para ele não significa a renúncia ao desenvolvimento e ao bem-estar. O estado estacionário significa uma “simbiose entre o homem e a natureza” e um sistema baseado na renovabilidade energética e de recursos naturais, sen-

do imprescindível a repartição equitativa das riquezas e dos recursos naturais entre os homens, além da exigência do controle de natalidade.

Com isto, Tiezzi sugere uma “revolução cultural” em busca de um modo renovado de viver, principalmente no que diz respeito ao seguinte:

a) o conceito de renovabilidade: qualquer ato humano ou tecnológico baseado na renovabilidade da matéria e da energia é eticamente válido; ao contrário, deve ser considerado um erro e uma exploração em relação a nossos filhos qualquer ato ou tecnologia baseados em recursos não-renováveis; b) o ser deve substituir o ter como valor-base da sociedade e como satisfação de nossas necessidades: a qualidade de vida deve substituir a quantidade; c) as leis da termodinâmica devem ser o guia das opções produtivas, inclusive em relação aos processos econômicos; d) deve-se adquirir, como consequência óbvia de se viver no planeta Terra, o conceito de ‘limite de crescimento’, e de equilíbrio biofísico; e) contribuir para o aumento da população deve ser considerado um ato eticamente reprovável(não mais de dois filhos por casal). (p.199)

A obra de Tiezzi tem o mérito de introduzir o conceito de

entropia para o entendimento da problemática ecológica, mostrando a distância cada vez maior entre os ritmos biológicos e os ritmos tecnológicos. Contudo, consideramos que ele comete um equívoco ao argumentar que na sociedade de consumo a exploração real se dá em cima das gerações futuras⁸: “sempre se pensou que o lucro industrial se baseasse na exploração da força de trabalho, enquanto hoje o lucro se baseia essencialmente na exploração das gerações futuras” (p.170). O que nos sugere essa afirmação? Primeiro, que a exploração não existe ainda, posto que advém do futuro. Segundo, que são as gerações futuras as que virão a ser exploradas. Então, o grande problema é evitar a exploração do futuro, no vir-a-ser, pela “simbiose homem-natureza”? Embora reconheça a existência da exploração, o lucro industrial aparece aqui como algo abstrato, só existente no vir-a-ser, o que para nós é uma grande contradição do autor. Parece que ele quer esquecer (propositadamente?) uma das grandes evidências da organização social capitalista.

Para Ferry (1994), o essencial é a ecologia democrática, um

meio-termo mais racional entre o cartesianismo e a ecologia profunda. Para ele, o “homem pode e deve modificar a natureza, assim como pode e deve protegê-la” (p.174). Por isso o autor critica o cartesianismo e a ecologia radical. O primeiro pelo seu caráter de má utilização dos recursos e desrespeito aos animais. A segunda pelo seu apego inconsistente de uma “volta à natureza”, pois a sacralização da natureza, segundo o autor, esconde o fato de que nem tudo é harmonia e beleza. Afinal, “como explicar então os vírus, as epidemias, os sismos e tudo o mais que tem, com toda razão, o nome de catástrofe natural?”, pergunta o autor.

É a partir daí que irá defender o reformismo da ecologia democrática, que seria a única alternativa viável para a humanidade. Para ele,

...o reformismo não é a forma com que devemos contentar-nos, à falta de melhor, quando a esperança revolucionária se esquiva, mas constitui a única atitude correspondente à saída do mundo da infância. Não só ele é o único compatível com a rejeição democrática das linhas partidárias e das au-

toridades dogmáticas, não só deixa de fazer entrever a esperança mística de um trabalho militante para além do mundo real, mas abre, em contraste com a ideologia revolucionária que se orienta para um termo último, um espaço infinito para a reflexão e para a ação (p.179).

Assim, Ferry se concentra na crítica interna do sistema, pois esta "crítica da democracia real e imperfeita em nome de suas promessas e de seus princípios próprios é, até por definição, a única que permanece compatível com a exigência democrática" (p.174). Sua proposta passa ainda pela elaboração de uma teoria dos deveres para com a natureza. E isso implica na imposição de limites à tecnociência, para que o respeito a todos os seres vivos e não-vivos seja a tônica de uma nova consciência, segundo o autor.

Esse avanço só será possível com a inauguração de uma nova ética do individualismo. Ele ressalta que "trata-se, de viver de outro modo, de mudar de vida, mas a expressão já não remete para a revolução, já não assinala um outro lugar qualquer: ela significa, sobretudo, 'viver a la carte', fazer cada um suas próprias escolhas" (p.187).

Por isso, tudo o que tiver um caráter preservacionista é apontado como ecológico:

A floresta é ameaçada pelos gases de emissão de veículos com

motores de combustão interna? Que não seja por isso: serão construídos catalisadores, mais caros mas menos poluentes. Esta docilidade dos construtores alemães tornou-se um modelo: a indústria desenvolve-se a passos gigantes, criando concorrência entre as empresas para a obtenção de "rótulos verdes". Suprema recuperação? Talvez, mas por que ficar chocado, se ela permite, ao mesmo tempo, fazer avançar as exigências de uma ética do meio-ambiente e as inserir num quadro democrático? (p.188).

Finalmente, o autor aponta que tal ética ecológica e democrática não possui vocação para o poder. Para ele, "política, a ecologia não será democrática; democrática, deverá renunciar às miragens da grande política" (p.188). Ora, ao dizer que a ecologia democrática é a única alternativa, o autor já não está negando o rótulo de "democrática" em prol de uma ditadura verde? Além disso, nos parece meio absurdo conceber algum grupo de pressão (como o autor o define) como não-político. Também questionamos se o que ele chama de crítica interna do sistema é suficiente para o estabelecimento de uma relação harmônica entre o homem e a natureza.

O princípio do meio-termo, ou da sustentabilidade, como

conceituamos, tem ainda outros defensores. Alphandery (1994) aponta para a criação de uma nova era, fundamentada no que chama de ótimo vital, com "...uma redistribuição mundial das riquezas e do trabalho, a expansão de atividades autônomas e não mercantis, a intervenção direta dos cidadãos nos negócios da cidade e uma concepção de usufruto da ação do homem sobre a natureza" (p.182). Será possível a expansão de atividades não ligadas ao mercado, no capitalismo? Claro que não, da forma como ela se mantém e a concebemos. A sociedade capitalista é a sociedade do mercado por excelência. Será que uma "redistribuição das riquezas e do trabalho" é possível em tal sociedade? Talvez, mas não de forma equitativa, pois isto significaria a negação da exploração do trabalho.

Maimon (1992), partindo das mesmas linhas de raciocínio de Sachs (já apresentado anteriormente), vai ressaltar a importância das políticas ambientais para o processo de desenvolvimento. Para ela, a educação ambiental, seja formal ou informal, tem um papel importantíssimo, "...tanto na criação, no médio e longo prazos, de uma consciência ecológica, como, também, na formação de recursos humanos necessários à implantação de uma po-

lítica ambiental e de uma política tecnológica voltada para o meio-ambiente" (p.38). Tal proposta está apenas preocupada com o aspecto administrativo, centrada na preparação de recursos humanos com a incorporação da variável "meio-ambiente".

De modo geral, para os expoentes da sustentabilidade, baseada na harmonia homem-natureza, a luta pela preservação ambiental é a luta das lutas, porque o que está em jogo é a sobrevivência da própria espécie humana. Tal discurso vai evocar a urgência do "novo paradigma" como única alternativa viável à inauguração de uma outra sociedade. A principal questão que colocamos é se a abordagem da sustentabilidade (ao ser apontada como superação dos problemas relatados pelos seus defensores) implica, realmente, em uma nova ordem. Na nossa interpretação, a resposta é não, porque o pensamento da sustentabilidade não é suficiente para a efetivação das próprias propostas que defende, e é isto que tentaremos mostrar a seguir.

3. As limitações da sustentabilidade e a crítica marxista

Como Marx parte sempre do real? consegue constatar "...que

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história" (MARX e ENGELS, 1993:27). E essa será a diferença concreta entre o homem e os outros animais: o homem pode produzir seus meios de vida. Na história, o homem não realiza pensamentos ou obras, o homem realiza a si mesmo: "...o homem se realiza, isto é, se humaniza, na história" (KOSIK, 1976: 217). Essa realização se dá através do trabalho, esse intercâmbio entre o homem e a sua natureza externa. No trabalho, o homem "põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua natureza" (MARX, 1988:202).

Isto quer dizer que a humanidade do homem está no seu trabalho, na superação da natureza. Contudo, uma das peculiaridades da sociedade capitalista é justamente ter podido inverter essa relação: o trabalho, sob a espada encantada do capital, é alienação. É alienação porque o homem foi separado dos seus meios de produção (incluindo a terra), pelo processo histórico da Acumulação Primitiva, submetendo-

se à relação de "liberdade, igualdade e fraternidade" moderna: a relação de proprietários (o capitalista, dos meios de produção; o trabalhador, da força de trabalho).

Operando os objetos e meios de trabalho sob os auspícios do capitalista, o trabalhador produz a mercadoria (forma elementar da riqueza) que não lhe pertence. Ou seja, com seu trabalho, fonte de todo valor, produz um valor alheio, que lhe é estranho. Esta alienação, para MARX, consiste no fato de que o resultado do trabalho não pertence ao trabalhador, é "externo a seu ser"; e, além disso, pelo fato do trabalhador se negar no trabalho, porque "...não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo e arruina seu espírito" (MARX: 1968:109). Por isso o trabalho torna-se apenas num meio de satisfação das necessidades. E o homem perde sua humanidade:

...o homem (o trabalhador) só se sente livre em suas funções animais, comendo, bebendo, procriando, e em tudo o mais que diz respeito à moradia e ao adorno. Contudo, em suas funções humanas se sente como um animal. O animal se converte em humano e o humano em animal. Comer, beber e procriar são também autênticas funções humanas. Mas pela abstração que as separa do âmbito restante

da atividade humana e as converte em fins únicos, tornam-se funções animais. (Marx, 1968:109)

No modo de produção capitalista, portanto, o homem está separado de si próprio, de sua própria natureza. Ele existe não enquanto homem, mas enquanto produtor-consumidor. Sua humanidade se expressa no sentido do ter e de estar na coisa. As relações humanas tornam-se eminentemente materiais, e a grande desgraça é não pertencer ao mundo mágico das mercadorias, que é o que ocorre com milhões e milhões de pessoas atualmente, que se encontram abaixo de qualquer noção de civilidade.

Isso porque, na sociedade capitalista, impera a subordinação do trabalhador ao capital, iniciada pela própria afirmação de sua ordem. O trabalhador vai se negar no capitalismo pela sua expulsão relativa do processo produtivo, determinada pelas mudanças na composição orgânica do capital; e, ao mesmo tempo, vai afirmá-lo quando se torna consumidor, consolidando a expansão da economia de mercado. Além disso, separar homem e natureza, cabendo ao homem dominá-la, nada mais é do que garantir o domínio do homem sobre o homem, mais especificamente a perpetuação da relação de dominação capitalista que, hoje, não se restrin-

ge mais às linhas de produção, indo da "fábrica ao corpo", como bem lembrado por Guatari (1993).

Partindo dessas premissas, podemos perceber que os ideólogos da sustentabilidade cometem alguns equívocos e não avançam na discussão sobre a relação homem-natureza.

O Relatório Brundtland resalta que um dos mais graves problemas ambientais é a pobreza. Afinal, "para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio-ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em números cada vez maior para as cidades já congestionadas" (p. 30). O combate à pobreza revela-se como uma das premissas e promessas fundamentais do desenvolvimento sustentado, ligado ao controle populacional e à criação de oportunidades.

Sachs, nesta mesma linha de preocupações, aponta que "a meta é trazer mais de um bilhão de pessoas para acima da linha de pobreza, inicialmente provendo-as, em cenários culturais e ambientais diferentes, de garantias de um meio de vida sustentável" (p.38). Ora, num mundo onde a exclusão social têm crescido anualmente (diretamente relacionada às próprias contradições do modo de produção capitalista), como falar em erradicação

da pobreza, se esta parece insolúvel, sendo inerente à sociedade “moderna”?

Uma outra crítica pode ser feita ao pensamento da sustentabilidade quando seus autores afirmam que todos somos responsáveis pela degradação ambiental, que nossas intervenções afetam o ambiente ou que os países devem promover a modificação. Por quê? Porque tal interpretação é generalista e não expõe os verdadeiros responsáveis de uma “destruição ambiental”. Será que é possível culparmos os mineiros pela poluição ambiental causada pela extração do carvão? Será que é possível culparmos os operários das indústrias “sujas” pela poluição dos rios e do ar? Será que todos intervêm no ambiente da mesma forma? Será que todos somos responsáveis pela ameaça nuclear e pelas guerras capitalistas deste século? Talvez sejamos pela omissão. Afinal de contas, a falta de politização, não somente com relação às instituições, mas também ligada às demais instâncias que cercam o homem, é um fato na atualidade.

É muito fácil generalizar as causas, porque assim elas permanecem escondidas. Quando se fala que “as populações” ou os “países” são responsáveis, esquece-se de dizer (propositadamente?) que os pobres do mundo não têm culpa de respi-

rar num ar cada vez mais carregado no meio urbano. Que os responsáveis são os “senhores das grandes decisões econômicas” como salientou Silva (1991:41), que estão preocupados, logicamente, com seus rendimentos.

A argumentação da sustentabilidade, que propõe uma integração homem-natureza, também é passível de uma outra crítica. Os diversos textos aqui mencionados dão especial ênfase ao fato de que é preciso preservarmos a base de “recursos naturais” ou que “...o homem é o recurso mais precioso” (SACHS, 1986:16) e, portanto, deve-se ter especial atenção para com os recursos humanos. Ora, o termo recurso, como bem lembrado por Gonçalves (1990:124), significa um meio para se chegar a um fim. Temos, portanto, duas considerações. Primeira, como já salientado anteriormente, manter o termo “recursos naturais” significa continuar encarando a natureza apenas pela sua utilidade, devendo ser preservada para a perpetuação de sua utilização lucrativa. Segunda, ver o homem como mero “recurso” é próprio de uma sociedade baseada na coisificação, pois o homem aqui não passa de um meio para a efetivação do processo de acumulação. Nesses termos, essa proposta pode ser entendida como emancipadora?

Além disso, os autores da sustentabilidade alertam para a necessidade da imposição de limites à exploração da natureza. Só assim, segundo eles, será possível alcançarmos o equilíbrio e evitarmos a tragédia. A receita para tal “estado equilibrista” passaria pelas políticas que apresentamos acima. Mas será que é possível se falar em limites, dentro do capitalismo?

O que está no âmago de tal organização social é a busca dos lucros. Estes se traduzem em números e os números não têm limites: “...quando o objetivo é acumular dinheiro, não há mais limite para a exploração do trabalhador e da natureza. Afinal, qual é o limite do dinheiro?” (GONÇALVES, 1991:126). Para nós, a preocupação ecológica na atualidade é alienante e alienada justamente por isso. Porque não percebe (pelo menos explicitamente) que a incorporação ecológica é apenas mais um meio de se acumular capital¹⁰, um novo negócio lucrativo. Mas, principalmente, por não significar uma mudança. Como se pode dizer ecológica uma sociedade que se baseia na exploração do trabalho não-pago, mesmo mantendo florestas supostamente intactas?

A crítica de Bernardo (1979) à perspectiva ecológica parte do pressuposto que a ecologia é, na verdade, “... um projeto global e ideologicamente articulado de remodelação das condições gerais de produção e de reestruturação interna do capitalismo em novos mecanismos de funcionamento econômico e social” (p. 153), uma forma de gestão do capitalismo apelando inclusive para a “consciência ambiental”, pelo “consumo consciente” e “ecologicamente prudente”, enfim, por essas expressões que escondem, no fundo, que se trata de uma nova forma de gestão do capitalismo. Ou, como diz o autor, “os argumentos de caráter genérico invocados limitam-se a servir de preâmbulo estilístico para propor modificações circunstanciais (grifos meus) que adaptem o capitalismo às novas condições da sua existência” (p. 164).

Para este autor, há um significado ideológico oculto nas teses da ecologia, que é a remodelação das condições de produção, dentro dos parâmetros da acumulação capitalista. E essa ideologia ecológica é mais uma forma de expressão da atuação da classe dos gestores¹¹: “o

objetivo da corrente ecológica consiste em descobrir uma maneira de ultrapassar a crise da produtividade, mantendo-se porém no quadro das relações sociais básicas que definem o capitalismo. Por isso não coloca os verdadeiros problemas de fundo e absolutiza a crise da produtividade, pretendendo encontrar-lhe a origem nas relações entre a totalidade do sistema econômico e a natureza. A ecologia veio dar assim nova vida ao mito do esgotamento da natureza” (p. 167).

Para Bernardo, a corrente ecológica centra-se na “administração do consumo” porque tem como função perpetuar as condições sociais de exploração. Por isso,

...não é o sistema de empresas particularmente consideradas que interessa à corrente ecológica. Nem o processo de trabalho no interior da fábrica; no que respeita aos trabalhadores e às suas condições de laboração importam pouco as poluições, senão sob a perspectiva do aumento da produtividade. A literatura ecológica é silenciosa quanto ao problema da exploração do trabalho. Nem sequer na distribuição dos rendimentos entre a população incide o grosso das atenções ecológicas. O seu objeto não são as unidades particulares de fabrico nem o capitalismo como sistema de exploração nem a atual tecnologia enquanto realização

material das características do processo de trabalho no capitalismo. As ideologias ecológicas concentram-se na relação das condições gerais de produção, consideradas como um todo organizado, com os elementos naturais considerados como fonte de energia e de matérias-primas. É este o fulcro das preocupações dos elementos da classe gestorial que integram e conduzem a corrente ecológica (p. 166).

O argumento, tão disseminado por certas correntes da ecologia, da necessidade de um “crescimento zero”, é visto como uma forma contemporânea de manifestação do imperialismo capitalista:

Este crescimento zero implica também a manutenção de grandes diferenças de nível de vida entre os países industrializados e os países exportadores de matérias-primas, conservando-se essas vastas regiões na situação de dependência tecnológica e econômica. O programa ecológico é, assim, a mais extremada manifestação contemporânea do imperialismo. Apresenta-se o baixíssimo nível de vida dos países exportadores de matérias-primas como modelo a impor ao proletariado dos países industrializados. A elite dos gestores que encabeça as correntes ecológicas tece o elogio de formas de exploração pré-capitalistas, delas pre-

tendendo reproduzir os hábitos de vida e o nível de consumo. Supremo cinismo, só igualado pelos capitalistas de outrora, quando o escravo era apontado ao proletário como exemplo de obediência, padrão do consumo, modelo de virtudes" (BERNARDO, 1979:177).

Podemos perceber, portanto, o porquê de o autor considerar a ecologia uma espécie de "inimigo oculto" dos trabalhadores, já que representam ideologicamente, em última instância, os interesses do capital de reorganizar as condições sociais e técnicas de produção sem mexer no fundamento do sistema: o controle e exploração da força de trabalho. Bernardo sentencia, duramente, que os grupos sociais ligados ao ecologismo "...apresentam-se como nova elite, e sua frustração enquanto consumidores transforma-se em apologia da redução do consumo. Daí que tendem inflectir os movimentos reivindicativos dos consumidores num sentido novo, convertendo as pressões relativas à qualidade e ao tipo dos produtos em propaganda das restrições ao consumo particular, de modo que, de situação de crise, a redução do nível de vida venha a estabelecer-se como situação definitiva" (idem, p. 180). Por isso, as teorias que visam combater o capitalismo pela redução no consumo são equivocadas. Afinal de contas, diz Bernardo, "o

problema não é o que se consome, e sim como se produz. Pretender eliminar essa situação consumindo menos terá unicamente por consequência crescer à miséria social da alienação a miséria física" (idem, p. 181). A crítica ao consumo capitalista, recorda-nos o autor, "só tem sentido como um dos aspectos decorrentes da luta central do processo de exploração...". (idem, ibidem). Assim, colocada nesses termos, a questão ecológica não passa de uma forma de manutenção do capital.

4. Considerações finais

A discussão precedente tentou pontuar algumas contradições do pensamento ecológico. Na verdade, falta a tal paradigma uma real compreensão da relação homem-natureza. Arraigados no cartesianismo, não conseguem ver que o homem, na relação com a sua natureza exterior, se relaciona consigo próprio. E que se hoje vivemos uma crise ecológica, é porque as relações entre os homens baseiam-se na dominação. Não basta controlar os usos de energia, controlar o crescimento populacional, controlar o uso das águas, controlar os usos da terra para uma sociedade "ambientalmente sã", como defende parte considerável do pensamento ecológico. Mesmo porque o controle, na sociedade capitalista, como

vimos, é absolutamente impossível, porque o movimento do capital não conhece limites. Daí serem cosméticas as propostas do pensamento ecológico, que quer impor barreiras a formas específicas de crescimento e desenvolvimento sem questionar os fundamentos destrutivos da auto-expansão do capital.

Em suma, não questionando a essência da lógica existente, pelo seu próprio caráter utilitarista, as idéias relacionadas à sustentabilidade apresentam-se para nós equivocadas frente aos objetivos que propõem realizar, por não ser possível a efetiva relação homem-natureza numa sociedade onde imperam as "...relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas..." (Marx, 1988:82).

Referências

- ALPHANDÉRY, Pierre et.al. O equívoco ecológico. São Paulo, Brasiliense, 1992, 189 p.
- BERNARDO, João. O inimigo oculto – ensaio sobre a luta de classes. Manifesto anti-ecológico. Porto, Afrontamento, 1979, 199 p.
- _____. Capital, sindicatos, gestores. São Paulo, Vértice, 1987, 119 p.
- FERRY, Luc. A nova ordem ecológica. São Paulo, Ensaio, 1994, 193 p.
- GONÇALVES, Carlos W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo, Contexto, 1990, 148 p.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas, Papirus, 1993, 56 p.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, 186 p.
- MAIMON, Dália. Ensaio sobre economia do meio ambiente. Rio de Janeiro, APED, 1992, 149 p.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. Madrid, Alianza Editorial, 1968, p. 51-119.
- _____. O capital. São Paulo, Difel, 1988. Livro I, volume I, 933 p.
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo, Hucitec, 1993, 138 p.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1991, 430 p.
- REDCLIFT, Michael. Los conflictos del desarrollo y la crisis ambiental. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, 255 p.
- SACHS, Ignacy. Os tempos-espaços do desenvolvimento. São Paulo, Espaço & Debates, n. 8, jan./abr. de 1983, p. 42-53.
- _____. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo, Vértice, 1986, 107 p.
- TIEZZI, Enzo. Tempos históricos, tempos biológicos. São Paulo, Nobel, 1988, 204 p.

Contato: helton@cse.ufsc.br

Recebido: fev/2005

Aprovado:2005